



13° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
desafios e perspectivas



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Desdobramentos no Rio Grande do Norte

Francisco Jean Carlos de Souza Sampaio
Maria das Candeias Silveira de Moraes
Maria das Graças de Queiroz Maia
Sidnéia Maia de Oliveira Rego

- Pesquisar sobre os avanços ocorridos na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos no estado do Rio Grande do Norte (RN).

- Quais foram os avanços ocorridos na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos em um estado do Nordeste, especificamente, o Rio Grande do Norte?

- Definiu-se as categorias de análise:
 - gerenciamento dos resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem, geração, tratamento e disposição final dos resíduos)
 - gestão integrada dos resíduos sólidos (participação social, responsabilidade compartilhada e consórcios públicos).



SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL: ASPECTOS LEGAIS

- De acordo com as determinações da PNRS, a União ficou obrigada a elaborar seu Plano Nacional de Resíduos Sólidos, obrigação essa também imposta aos estados, para elaboração dos seus Planos Estaduais, os quais teriam prazos de vigência indeterminados e horizonte de vinte anos, devendo ser atualizados a cada quatro anos.
- A União elaborou seu Plano Nacional de Resíduos Sólidos no ano de 2012, portanto, dentro do prazo estabelecido pela PNRS. Quanto aos Estados, apenas onze dos vinte e seis já elaboraram seus planos estaduais de resíduos sólidos e doze Estados estão em fase de elaboração. O Rio Grande do Norte é um dos que cumpriram com o prazo para elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS-RN, 2012).



PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RN

- O Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte (PEGIRS/RN) elaborado no período entre 2009 e 2012 foi revisado pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos do RN (PERS/RN) concluído em 2016.
- O RN possui apenas dois aterros sanitários. Embora, existam articulações para a formação de consórcios públicos entre municípios para criação de seis novos aterros sanitários para atender cem por cento dos municípios e erradicar de vez os lixões e os aterros controlados.



13° CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RN

Quadro 1 – Municípios sedes dos aterros sanitários e respectivos consórcios públicos

Regiões	Sede do aterro sanitário	Situação do consórcio público
Agreste	Santo Antônio	Ainda não constituído
Alto Oeste	Pau dos Ferros	Já constituído
Assú	Assú	Já constituído
Mato Grande	João Câmara	Ainda não constituído
Metropolitana de Natal	Ceará-Mirim	Aterro Sanitário já em operação
Mossoró	Mossoró	Aterro Sanitário já em operação
Seridó	Caicó	Já constituído
Trairi	Santa Cruz	Ainda não constituído



PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RN

O RN pretende, com a formalização de todos os consórcios, não somente construir novos aterros sanitários, mas também realizar outras ações tais como:

- a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos;
- incentivar a formação de associações e/ou cooperativas de catadores e também tornar possível a implementação da coleta seletiva, para que o Estado possa se adequar da melhor forma possível às determinações do PNRS.
- A partir da lei estadual nº 10.478/2019, incentiva-se a responsabilidade compartilhada por meio da logística reversa.



13º CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

Quadro 2 – Levantamento de trabalhos publicados sobre a PNRS no RN após 2010.

Ano/Publicação	Título	Autor (es)
2011: Revista Holos IFRN	Estudo do gerenciamento da coleta seletiva dos resíduos sólidos no município de Mossoró-RN.	Cavalcanti; Souza; Alves.
2012: VI Encontro Nacional da ANPPAS	A gestão de resíduos sólidos em Natal/RN: entre o controle dos resíduos na cidade e o tratamento final no aterro sanitário.	Figueiredo.
2012: Revista GeoTemas	Avaliação e diagnóstico ambiental dos resíduos sólidos gerados no município de Mossoró-RN.	Ferreira; Camacho; Alcântara Neto.



Quadro 2 – Levantamento de trabalhos publicados sobre a PNRS no RN após 2010.

Ano/Publicação	Título	Autor (es)
2012: I Conferência Internacional em Gestão Ambiental Colaborativa	Possibilidades e desafios na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: um estudo de caso.	Silva; Maia; Rego; Oliveira.
2013: Revista de Geografia da UFC	Gestão dos resíduos sólidos no Brasil e seus rebatimentos em Natal, Brasil.	Figueiredo.
2015: VI Encontro Nacional da ANPPAS	Implementação de consórcios públicos de resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Norte: impressões iniciais.	Alves.



Quadro 2 – Levantamento de trabalhos publicados sobre a PNRS no RN após 2010.

Ano/Publicação	Título	Autor (es)
2015: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental	Análise do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Mossoró-RN.	Silva; Morais.
2016: XXIX Congresso Internacional de Administração	Gestão Pública e Territorialidades: o caso do Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar.	Morais; Rego; Dantas.
2016: Revista GeoTemas	Sociedade de consumo e o descarte de resíduos sólidos urbanos: reflexões a partir de um estudo de caso em Pau dos Ferros/RN.	Fernandes; Silva; Moura.



Quadro 2 – Levantamento de trabalhos publicados sobre a PNRS no RN após 2010.

Ano/Publicação	Título	Autor (es)
2017: Revista GeoInterações	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Vale do Açu (RN).	Silva Filho.
2018: Caderno Metropolitano	A proteção ambiental e a gestão compartilhada: um estudo de caso na Região Metropolitana de Natal	Silveira; Figueiredo; Almeida.



13º CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

- Dos trabalhos selecionados para análise, observou-se os que tratam do gerenciamento e gestão dos resíduos em algumas das principais cidades do Estado, abordando situações específicas em cada uma, os trabalhos vão desde a publicação da PNRS até o ano de 2018.
- Pesquisa realizada no município de Mossoró constatou que muitos dos materiais descartados no aterro sanitário daquela cidade poderiam ser reciclados e reutilizados se os resíduos coletados tivessem passado por um processo mais eficaz de coleta seletiva (FERREIRA; CAMACHO; ALCÂNTARA NETO, 2012).



13° CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

- A pesquisa identificou que não há programa de coleta seletiva oficial nos municípios analisados. Entretanto, o estudo constatou que em todos os municípios pesquisados existem empresas terceirizadas para a coleta e o transporte do lixo aos respectivos lixões. Nesses espaços observou-se a presença de catadores de materiais recicláveis. Os materiais coletados, depois de separados e pesados, são vendidos aos comerciantes locais e de outras cidades, que por sua vez revendem para outros comerciantes e atravessadores de outros estados brasileiros (SILVA FILHO, 2017, p. 48).
- De acordo com Cavalcanti, Souza e Alves (2011), existem formalmente duas associações de catadores em Mossoró: a Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI), criada em 1999; e a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Mossoró (ASCAMAREM), criada em 2005; as quais realizam a coleta seletiva em parceria com a Prefeitura Municipal.



- É possível identificar outras, experiências exitosas nesse sentido, como a APROMA no município de Lucrécia, onde a associação é responsável pela usina de separação de lixo existente no município, de acordo com Silva, Maia e Rego (2012, p. 480).
- Quanto a questão dos consórcios públicos municipais para viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, evoluem ainda lentamente, no entanto, os resultados geram expectativas positivas. As regiões do Assú, Alto Oeste e Seridó já constituíram formalmente seus consórcios públicos.



13° CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

- No trabalho de Silveira; Figueiredo e Almeida (2018) sobre a Região Metropolitana de Natal (RMN), os autores constataram que sete, dentre os catorze municípios que compõem a RMN, ainda destinam seus resíduos a lixões, demonstrando um tímido avanço no que tange ao cumprimento dos preceitos da PNRS.
- De acordo com a legislação vigente, os planos estaduais e as resultados extraídos dos artigos pesquisados, percebe-se que a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Rio Grande do Norte avançou mais na perspectiva do planejamento e institucionalização do que no campo da gestão, no qual os resultados têm surgido de forma lenta e fragmentada. É preciso encontrar mecanismos que permitam acompanhar e articular melhor as ações com outros atores locais que comprometidos com as demandas territoriais possam colaborar com a execução dos planos.



- O fato é que tanto a gestão quanto o gerenciamento dos resíduos sólidos no Estado ainda são carentes de um sistema de informações integrado, de modos operacionais que funcionem na prática e principalmente de um avanço estrutural e administrativo que proporcione a curto, médio e longo prazo uma evolução para adequação à PNRS.
- Além disso, de acordo com o PERS-RN, não existe documentado nenhum estudo por parte do governo estadual ou de governos municipais que apresentem a definição de metas a serem alcançadas, ou mesmo um balanço das ações já realizadas por esses entes públicos no sentido de cumprir as determinações impostas pela Lei 12.305/2010.





13° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
desafios e perspectivas

12, 13 e 14
novembro de 2019

